Art. 11. Na hipótese de necessidade de fiscalização do TACPP por servidor ou servidora de unidade do Tribunal distinta da Comissão Permanente de Ética, a obrigação e os termos da fiscalização deverão ser lhe diretamente comunicada, inclusive acerca do dever de:

I - resguardar, de pessoas estranhas ao fiscalizado e à CPE, o sigilo das informações recebidas, se cabível;

II - informar à CPE qualquer descumprimento das obrigações do TACPP sob sua fiscalização, por parte do servidor ou servidora fiscalizado(a);

III - informar à CPE o encerramento de suas atribuições fiscalizatórias, em decorrência do cumprimento do ônus recebido;

IV - informar à CPE qualquer impedimento ao cumprimento de seu ônus fiscalizador, de forma fundamentada.

Parágrafo único. Verificada a adequação pela CPE, a obrigação de que trata este artigo deverá recair, preferencialmente, sobre servidor ou servidora no exercício de função de chefia da unidade do Tribunal.

Art. 12. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas no TACPP, a CPE deverá promover a instauração ou continuidade das apurações relacionadas à infração objeto do termo, sem prejuízo da apuração de eventuais obrigações contraídas por ocasião de sua celebração.

Art. 13. Verificado o cumprimento integral das obrigações do TACPP pelo beneficiário ou beneficiária, a CPE deverá declarar seu exaurimento, e encaminhar o expediente para o(a) Presidente do Tribunal, com sugestão de arquivamento.

Art. 14. O TACPP será registrado nos assentamentos funcionais do servidor ou servidora, para os fins previstos no art. 3º, II, desta Instrução Normativa.

Art. 15. Os casos omissos serão dirimidos pelo(a) Presidente do Tribunal.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 07 de novembro de 2023.

ROBERTO MAYNARD FRANK

Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

PORTARIAS

PORTARIA TRE-BA Nº 938, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em vista do constante no processo SEI n. [0020173-54.2023.6.05.8000](#),

Resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito deste Tribunal, comissão com a finalidade de adotar as providências necessárias para garantir o exercício do direito do voto, nas Eleições de 2024, aos(às) presos(as) provisórios(as) e aos(às) internados(as) por ato infracional no Estado da Bahia.

Art. 2º Designar para compor a comissão os(as) seguintes membros(as):

I - Tiago Pereira Mimoso, Presidente da Comissão Especial de Servidores do Interior do Estado;

II - Anderson Hermano de Oliveira, Chefe de Cartório da 14ª Zona Eleitoral/Salvador;

III - Titular da Seção de Atenção ao Cliente;

IV - Titular da Seção de Orientação às Zonas Eleitorais;

V - Tereza Raquel Ferreira Alves, Assistente da ASJUR1;

VI - Sálvio Macêdo Mascarenhas Júnior, Chefe de Cartório da 19ª Zona Eleitoral/Salvador;

VII - Danilo Almeida Pereira, Chefe de Cartório da 156ª Zona Eleitoral/Feira de Santana;

VIII - Titular da Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos.

Art. 3º Designar o servidor Sálvio Macêdo Mascarenhas Júnior, Chefe de Cartório da 19ª Zona Eleitoral (Salvador/BA), para exercer a função de Presidente na referida Comissão, que por sua

vez, em seus afastamentos, será substituído pelo servidor Danilo Almeida Pereira, Chefe de Cartório da 156ª Zona Eleitoral (Feira de Santana/BA).

Art. 4º A presente comissão deverá apresentar a esta Presidência, a contar da data da publicação desta portaria, o primeiro relatório parcial das providências adotadas até 18 de dezembro do corrente ano, bem como, a cada 30 (trinta) dias, os demais relatórios parciais. Ao final, a comissão apresentará o relatório geral dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 31 de outubro de 2024.

Des. ROBERTO MAYNARD FRANK

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ATOS DO CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

INTIMAÇÕES

DUPLICIDADE/PLURALIDADE DE INSCRIÇÕES - COINCIDÊNCIAS(12553) Nº 0600423-58.2023.6.05.0000

PROCESSO : 0600423-58.2023.6.05.0000 DUPLICIDADE/PLURALIDADE DE INSCRIÇÕES - COINCIDÊNCIAS (Salvador - BA)

RELATOR : Gabinete do Corregedor Regional Eleitoral

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

REQUERENTE : CELIO VIANA VECHIA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

SEÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS - SEDIP

PROCESSO: 0600423-58.2023.6.05.0000

REQUERENTE: CELIO VIANA VECHIA

DECISÃO

Trata-se de duplicidade de inscrições, nº 2DBA2302857450, identificada pelo batimento realizado em 10 de outubro de 2023, envolvendo o eleitor CELIO VIANA VECHIA.

Conforme art. 92, §2º, da Resolução-TSE nº 23.659/2021, serão da competência da Corregedoria Regional Eleitoral as decisões das duplicidades envolvendo inscrição e registro de suspensão da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (Tipo 2D) e das pluralidades decorrentes do agrupamento de uma ou mais inscrições, requeridas na mesma circunscrição, com um ou mais registros de suspensão da referida base (Tipo 2P).

A duplicidade examinada agrupa a inscrição nº 0692 1913 0639, da 8ª ZE/BA, com o registro nº 001488612000, encontrado na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos - BPSDP (Sequência 2: Processo nº 200864-4 da Vara Criminal de Ivaiporã/PR), motivado por condenação criminal.

Para a regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos, faz-se necessária a comprovação da cessação do impedimento (vide art. 19 da Resolução TSE 23.659/2021). No caso, esgotou-se o prazo fixado no art. 81, III, do referido normativo sem que o eleitor tenha apresentado à Justiça Eleitoral documento capaz de demonstrar a extinção dos motivos que ocasionaram a suspensão dos seus direitos políticos.